

Textos

Luiz Juarez Nogueira de Azevedo

Coleção de artigos do Autor, colhidos de forma livre nos meios eletrônicos e redes sociais, jornais, revistas e livros diversos.

Todos estes trabalhos foram colhidos de forma eletrônica, já publicados e disponíveis livremente.

Esta coleção não é um livro, apenas um apanhado para registrar os trabalhos de sua autoria e/ou de sua preferência, publicados por ele, sobre temas diversos.

A critério do Autor poderá ser transformado em livro.

O ProjetoPF pode ajudar nesta tarefa. Contate-nos.

Data : 07/08/2007

Título : A invasão e a retomada da universidade

Categoria: Artigos

Descrição: O estabelecimento principal da futura Universidade de Passo Fundo localizava-se na Avenida Brasil, na quadra em frente à prefeitura velha.

Luiz Juarez Nogueira de Azevedo (*)

O estabelecimento principal da futura Universidade de Passo Fundo localizava-se na Avenida Brasil, na quadra em frente à prefeitura velha. Ali, mantidas pela Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo (SPU), funcionavam no verão de 1967 as Faculdades de Direito, Ciências Políticas e Econômicas, Odontologia, e Belas Artes. Em 1964, havia sido decretada a intervenção na mantenedora SPU, por parte do governo estadual, autorizado pelo Ministério da Educação. À época, o governador do Estado era Ildo Meneghetti.

Em Passo Fundo, o prefeito era o sr. Mário Menegaz, correligionário do governador. A intervenção deu-se a instâncias do prefeito, adversário político dos irmãos César e Reissoly Santos, respectivamente presidente e superintendente da SPU, além o último ser também diretor da Faculdade de Direito. No próprio ato de intervenção foi nomeado interventor, e também diretor interino da Faculdade de Direito, devido ao afastamento de Reissoly Santos, o sr. Murilo Coutinho Annes.

Em seguida, no mesmo ano de 1964, foi substituída a direção da SPU. Em lugar de César Santos foi eleito para a sua presidência o padre Elydo Alcides Guareschi. Com a ativa participação do bispo diocesano, dom Cláudio Colling, começava a preparação da fusão da SPU com o Consórcio Universitário Católico, que mantinha a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, o que veio a possibilitar a criação da Universidade de Passo Fundo, ocorrida no ano de 1968.

Em Passo Fundo, a ARENA, partido do governo, havia apoiado o nome do senador Tarso Dutra, intimamente ligado a Mario Menegaz e a seus companheiros mais próximos, como os futuros deputados Romeu Martinelli e Augusto Trein. O governador Perachi e seu chefe da Casa Civil, João Dêntice, tinham como seus sustentáculos em Passo Fundo, o jornalista Túlio Fontoura, diretor do Diário da Manhã e, paradoxalmente, o prócer emedebista e antigo presidente da SPU, César Santos.

Assim que, ao assumir Perachi Barcellos o governo do Estado, com João Dêntice na chefia da Casa Civil, os dirigentes de seu partido em Passo Fundo, Mário Menegaz à frente, passaram a ser tratados quase como inimigos. César Santos, o ex-dirigente da SPU, passou à condição de aliado e amigo do governador.

Tardaram poucos dias para que fosse levantada a intervenção na SPU e nas faculdades por ela mantidas. Um decreto do governador pôs fim à intervenção estadual, mandou devolver as instalações aos antigos dirigentes. Assim, os antigos dirigentes, com os professores César e Reissoly à frente, apoiados pelo comando da Brigada Militar, ingressaram nos prédios das faculdades, na quadra da Avenida Brasil/Paisandu. Acompanhados de adeptos e simpatizantes, juntamente com alguns professores e militantes do MDB, expulsaram o interventor Murilo Annes, o padre Guareschi e seus colaboradores mais próximos, aos quais não permitiram sequer permanecer no local. Isso se deu nos primeiros dias de fevereiro de 1967.

Não tardou a reação de Mário Menegaz. Ao tomar conhecimento da situação, sua primeira atitude foi determinar o cerco do quarteirão onde funcionavam as diversas faculdades.

Sem intimidar-se com o apoio aparente da Brigada, funcionários do município e militantes do governismo local, comandados pelos vereadores Fidêncio Franciosi e Arthur Canfield, bem como por Adão Pinto Vieira, servidor municipal, conseguiram retomar à força os recintos universitários. O quarteirão, como se fosse uma operação bélica, foi bloqueado, usando-se patrulas e outras viaturas da municipalidade. Ingressando no local onde se encontravam os dirigentes da antiga SPU, os dois vereadores os obrigaram a retirar-se. Assim, mediante esse desforço imediato, a posse dos próprios da futura universidade foi restituída ao interventor Murilo Annes. Isso se passou numa ação de surpresa, segundo sei. Em continuação, foi mantido o cerco e os funcionários da prefeitura permaneceram guarnecendo o recinto, para evitar nova invasão e novos confrontos, até definição judicial, em seguida providenciada.

Imediatamente foi mobilizado o setor jurídico. Com Celso Fiori à frente, grande advogado e diretor da Faculdade de Direito, um grupo de professores dessa faculdade preparou um mandado de segurança ou uma reintegração de posse visando manter a nova diretoria da SPU, presidida pelo padre Alcides Guareschi, na posse dos bens da SPU. Todos os juizes de Passo Fundo se deram por impedidos, não querendo se pronunciar sobre a causa. O juiz de Carazinho,

Nelson Costi, foi quem concedeu ordem judicial, acatada pelo governo do Estado, que referendou a situação, ou seja, manteve na direção (e na posse dos bens) da SPU a nova diretoria e o interventor e futuro reitor Murilo Annes.

Seguiu-se uma renhida batalha judicial, em Passo Fundo, no Tribunal do Estado e até no Supremo Tribunal Federal. A Justiça, apesar da contrariedade do governador Perachi e de seu chefe da Casa Civil, João Dêntice, sempre deu razão ao interventor Murilo e à nova diretoria da SPU, presidida por Guareschi. Com isso, sempre com o apoio do senador Tarso Dutra, devido à atitude oportuna de Menegaz, secundado pelos vereadores Franciosi e Canfield, foi possível, um ano depois, a criação da Universidade de Passo Fundo.

Data : 19/08/2012

Título : AMARAL DE SOUZA, UM ESTADISTA E UM DEMOCRATA

Categoria: Artigos

Descrição: Perdemos, há algumas semanas atrás, o penúltimo governador de nosso Estado no período anterior à redemocratização do país, José Augusto Amaral de Souza.

AMARAL DE SOUZA, UM ESTADISTA E UM DEMOCRATA

Luiz Juarez Nogueira de Azevedo*

Perdemos, há algumas semanas atrás, o penúltimo governador de nosso Estado no período anterior à redemocratização do país, José Augusto Amaral de Souza. Alguns de seus detratores, por pura maldade, usaram da oportunidade para explorar o fato de ter sido ele o último governante que não foi eleito diretamente, antes da reconstitucionalização de 1988. Sem respeitar a máxima que recomenda de mortuis nisi de bonum, que significa não dizer dos mortos nada que não seja de bom, alguns procuraram apontá-lo como criatura e cúmplice do regime militar, premiado com a “nomeação” para o cargo de governador, insinuando-o como comprometido com práticas com que agora se procura execrar os dirigentes militares do período. Um dos nossos órgãos mais abalizados, na mesma primeira página, ao mesmo tempo em que o indigita como “o último governador da ditadura”, usou do mesmo espaço para exaltar o delinquente Césare Battisti, noticiando recepção que iriam lhe prestar seus supostos parentes de uma localidade do interior gaúcho, só por serem igualmente portadores do apelido Battisti.

Conheci Amaral de Souza no início da década de 1970, quando o diretório local da ARENA, do qual era eu um dos dirigentes, o indicou como seu

candidato oficial a deputado federal. Com uma expressiva margem, somando os nossos votos aos de outros municípios, Passo Fundo conseguiu elegê-lo para a Câmara dos Deputados. Vale dizer que, ao menos uma vez, Amaral de Souza foi nosso deputado federal.

Desde então nos mantivemos ligados. Não prevíamos ainda que um dia ele fosse ascender à suprema magistratura de nosso Estado, o que se deu no pleito de 1978. Já em 1974, como dirigente partidário, — não havendo nisso nada de ilícito ou condenável — participei das articulações para sua escolha como candidato ao cargo de vice-governador do Estado, integrando a chapa encabeçada pela figura íncita e admirável que foi Synval Guazzelli — cujas qualidades são proclamadas por gregos e troianos, isto é, tanto por ex-arenistas como por ex-emedebistas. Eleito, Amaral serviu lealmente ao governador Guazzelli e com ele esteve solidário nos bons e nos maus momentos.

No quadriênio subsequente veio a substituí-lo na função de governador do Estado. Note-se que ambos, — e antes deles Perachi Barcellos e Euclides Triches, — foram eleitos mediante sufrágio indireto, pelos sufrágios que obtiveram por votação recebida da maioria dos deputados integrantes da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Era a legislação da época, que previa a eleição indireta dos governadores pelas assembleias legislativas. Por isso, a nenhum deles, muito menos a Guazzelli e Amaral, pode ser imputada a pecha de terem sido governadores “nomeados pelo regime militar”, como se quer inculcar. Essa afirmação é um insulto à verdade histórica. Eles foram eleitos pela Assembléia Legislativa, de acordo com as normas constitucionais de então, ou seja, pelo voto majoritário dos deputados, estes eleitos pelo povo do Rio Grande do Sul em pleitos absolutamente livres, sem que na época, embora houvesse questionamentos da oposição, fosse imputado nenhum vício aos respectivos processos eleitorais. Em muitos países, de melhor tradição jurídica e política que o nosso, é normal a eleição indireta dos governantes pelos respectivos parlamentos. Exemplo disso é o Reino Unido, onde o primeiro ministro e chefe do governo, sem eleição direta, é o líder do partido que obtém a maioria nas eleições parlamentares. Mesmo no Brasil muitos presidentes, a começar por Deodoro em 1891, passando por Getúlio Vargas em 1934 e por Tancredo Neves em 1985, foram eleitos pelo Congresso Nacional. Foram procedimentos eleitorais muito mais legítimos do que as eleições forjadas por atas falsas, prática que conspurcou, no Brasil inteiro, todo o período da chamada primeira República (1889-1930).

Eleito Amaral, integrei o primeiro escalão de seu governo, na função de procurador-geral do Estado, o que reputo o ponto culminante de minha carreira pública. Na época, tive oportunidade de privar diretamente com ele, testemunhando sua postura ética impecável, como governante verdadeiramente democrata que foi, muito mais de muitos que o antecederam e o sucederam. Duramente hostilizado pela oposição partidária e enfrentando o radicalismo do sindicato dos professores e do nascente MST — cujas agitações começaram precisamente no Rio Grande do Sul e durante o seu governo — Amaral os tratou invariavelmente com cordialidade, compreensão e senso de justiça. Embora pressionado e criticado por seus companheiros de partido, por sua maneira de tratar esses movimentos, em nenhum momento os reprimiu. Jamais perseguiu ou puniu qualquer de seus dirigentes, integrante tolerando impassivelmente os ataques virulentos que lhe eram assacados. Ninguém foi preso, torturado ou

perseguido. Seus adversários foram tratados sempre de maneira leal e decente, embora jamais retribuíssem com a mesma moeda o tratamento recebido do governador. Não há notícia, em seu governo, de processos, punições ou demissões arbitrárias. Não havia nem mesmo corte de ponto dos grevistas. Nem notícia de torturas ou abusos por parte das organizações policiais ou de servidores públicos subordinados ao governador.

Dentro da moldura histórica do seu tempo, Amaral de Souza pode ser classificado como um estadista e um democrata. Tal como acontecera com Synval Guazzelli, — a quem sucedeu e que depois, por sua postura igualmente democrática, no período pós-ditadura, veio a ser eleito em voto direto para vice-governador na chapa de Pedro Simon, — Amaral venceu na Assembleia as eleições para governador do nosso estado em completa consonância com os preceitos constitucionais então vigentes. Eleito, governou o Estado rigorosamente de acordo com os postulados da legalidade e da democracia. Desafia-se a quem pretenda acusá-lo do contrário.

Este é o testemunho que tenho a prestar, lamentando, como todos os que em vida o estimavam e admiravam, a perda irreparável do nosso sempre governador Amaral de Souza e as incompreensões e ódios que, de maneira cruel e desrespeitosa, alguns intentaram reavivar.

* Procurador do Estado aposentado.

Data : 08/05/2014

Título : Antecedentes imediatos da criação da UPF

Categoria: Artigos

Descrição: Este ensaio pretende revisitar os sucessos havidos em Passo Fundo, nos 1964-1967, envolvendo os dois grupos que disputavam, ainda em seus inícios, o controle do movimento cívico em prol da criação de uma universidade em Passo Fundo.

A intervenção, a invasão e a retomada de suas instalações nos anos 1964-1967

LUIZ JUAREZ NOGUEIRA DE AZEVEDO

Este ensaio pretende revisitar os sucessos havidos em Passo Fundo, nos 1964-1967, envolvendo os dois grupos que disputavam, ainda em seus inícios, o controle do movimento cívico em prol da criação de uma universidade em Passo Fundo.

Aqui serão mencionados nomes, a maior parte de pessoas já falecidas, que tiveram participação significativa nos acontecimentos. Nos confrontos travados não houve nem heróis nem vilões. Todos os figurantes, naquelas difíceis circunstâncias, de um lado e de outro, portaram-se como homens de bem, que agiram de boa fé, de acordo com os ditames de suas consciências e as responsabilidades que tinham para consigo mesmo e com a comunidade.

Da contenda restaram muitos ressentimentos, além de uma divisão na vida política e social da cidade que perdurou por muito tempo, com resquícios até os nossos dias. Não participei diretamente dos acontecimentos, que apenas acompanhei por informações verbais e pela leitura dos jornais. Embora me reserve o direito de expressar minhas opiniões, não é meu propósito emitir juízos de valor sobre os personagens e os fatos que protagonizaram. Todos eles, sem exceção, merecem de minha parte somente o respeito por seu passado e admiração pela tenacidade revelada e pela fidelidade que mostraram às convicções que esposavam. A eles, sem exceção, protagonistas daqueles momentos cruciais, reconhecidamente se deve, pedra a pedra, a construção da Universidade de Passo Fundo: Os nomes icônicos de Reissoly e César Santos, de Mário Menegaz, Murilo Annes, D. Cláudio Colling e P. Alcides Guareschi, sepultadas as divergências do passado, como os varões assinalados da nossa epopeia moderna, estão definitivamente alçados ao panteão dos heróis-fundadores da nossa alma mater.

O estabelecimento principal da futura Universidade de Passo Fundo localizava-se na Avenida Brasil, na antiga calçada alta, quadra em frente à prefeitura velha. Ali, mantidas pela Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo (SPU), funcionavam, no verão de 1967, as faculdades de direito, ciências políticas e econômicas e odontologia, além da escola de belas artes.

Em meados de 1964 fora decretada a intervenção na mantenedora SPU, por parte do governo estadual, autorizado pelo Ministério da Educação. À época, o governador do Estado era o engenheiro Ildo Meneghetti. Em Passo Fundo, o prefeito era o Sr. Mário Menegaz, correligionário do governador. A intervenção deu-se a instâncias do prefeito, adversário político dos irmãos César e Reissoly Santos, respectivamente presidente e superintendente da SPU. Fora incumbido de atuar como representante do prefeito e do governador junto ao ministro da Educação, Suplicy de Lacerda, o vereador e advogado Romeu Martinelli. Pelo governador, por delegação do ministro, foi nomeado interventor o Prof. Murilo Coutinho Annes.

Ato contínuo, foi substituída a direção da SPU. Em lugar do Prof. César Santos foi eleito para a sua presidência o Padre Alcides Guareschi, que mais tarde foi reitor da UPF. Sua escolha fazia parte de um acordo que estava sendo costurado pelo interventor Murilo Annes e pelo bispo diocesano D. Cláudio Colling com vistas à fusão em uma nova entidade, sob a forma de fundação, da SPU com o Consórcio Universitário Católico, que mantinha a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Essa foi a fórmula encontrada para possibilitar a criação da

Universidade de Passo Fundo, mais tarde reconhecida pelo governo federal, através de decreto do presidente Costa e Silva, no ano de 1968.

A intervenção federal na SPU, em 1964, foi determinante para acelerar e tornar possível a criação da Universidade, quatro anos depois. O contrário jamais foi demonstrado. E os fatos e a história estão aí para confirmar. No contexto da época, se não tivesse havido a intervenção, tudo indica que não se concretizaria o acerto da SPU com D. Cláudio e a Mitra que resultou na criação da Fundação UPF e abriu caminho para organizar-se a Universidade; e, pouco depois, com a aprovação do Conselho Federal de Educação, ser ela reconhecida e autorizada a funcionar por decreto do presidente da República.

Em 1966 houvera eleições indiretas para o governo do Estado. Com as cassações de alguns deputados da bancada oposicionista, formou-se uma maioria artificial na Assembleia Legislativa, que permitiria a eleição de quem fosse indicada pelo partido situacionista — a ARENA. Anteriormente, dentro desse partido (criado para apoiar o governo militar), ocorreu a disputa pela indicação do candidato que concorreria no pleito.

Na convenção partidária apresentaram-se para concorrer o senador Tarso Dutra e o deputado federal Cel. Walter Perachi Barcellos. Este foi o vencedor, e, conseqüentemente, veio a ser automaticamente homologado pela maioria da Assembleia para ser o governador do Estado no período de 1967 a 1971. De nada adiantou a apresentação, pelo partido adversário, do nome do renomado jurista, Prof. Ruy Cirne Lima, que figurou apenas como um anticandidato ou candidato de protesto. Em 31 de janeiro de 1967 Perachi foi empossado, juntamente com seu amigo João Dentice, que nomeou para a chefia da casa civil.

Em Passo Fundo, o diretório da ARENA, partido do governo, era vinculado ao senador Tarso Dutra, estreitamente ligado ao prefeito Mário Menegaz e a seus companheiros mais próximos, como os futuros deputados Augusto Trein e Romeu Martinelli. Por isso, Passo Fundo apoiou o senador na convenção partidária. Por sua vez, Perachi e seu alter ego, João Dentice, tinham como seus principais sustentáculos políticos em Passo Fundo o jornalista Túlio Fontoura, com seu jornal Diário da Manhã, e, paradoxalmente, o principal líder emedebista e ex-presidente da SPU, Prof. César Santos.

Assim que, ao assumir Perachi Barcellos o governo do Estado, os dirigentes de seu partido em Passo Fundo, Mário Menegaz à frente, passaram a ser tratados quase como inimigos. Ao passo que o Dr. César Santos, ex-dirigente da SPU, assumiu a condição de aliado e amigo do governo, investindo-se numa espécie de poder paralelo no município. É difícil entender tudo isso. Mas foi assim que as coisas se passaram. Era uma espécie de realpolitik da época. Valia tudo para reconquistar a SPU, que já se antevia como a semente da futura Universidade e como instrumento indispensável para qualquer grupo pretendesse conquistar e manter o poder político em nossa região.

Tardaram poucos dias para que fosse ordenado, pelo governador Perachi, o levantamento da intervenção estadual na SPU e nas faculdades por ela mantidas. Nos primeiros dias de fevereiro, um decreto governamental pôs fim à situação existente e mandou devolver a SPU, suas propriedades e instalações aos antigos dirigentes. Imediatamente, os professores César e Reissoly, com a cobertura do comandante da guarnição local da Brigada Militar e do delegado

regional de polícia e acompanhados por um grupo de simpatizantes e correligionários, ingressaram e instalaram-se no prédio da Faculdade de Direito, na Avenida Brasil. Dali, na mesma hora, expulsaram o interventor Murilo Annes, o padre Guareschi e seus colaboradores mais próximos, aos quais não permitiram permanecer ou reingressar nos recintos escolares.

Não demorou a reação do prefeito Mário Menegaz. Ao tomar conhecimento da situação, sua imediata atitude foi determinar o cerco do quarteirão onde funcionavam as diversas faculdades.

Sem intimidar-se, funcionários da prefeitura e apoiadores do governismo local, comandados pelos vereadores Fidêncio Franciosi e Arthur Canfield, bem como por Adão Pinto Vieira, servidor municipal, conseguiram retomar os prédios universitários. O recinto, como se fosse uma operação de guerra, foi cercado e bloqueado, usando-se caminhões, patrulas e outras viaturas da municipalidade.

Ingressando nas salas onde se encontravam os antigos dirigentes da SPU, os dois vereadores obtiveram a sua retirada. Assim, mediante esse desforço imediato, a posse dos próprios da futura Universidade foi restituída à nova direção da SPU, presidida pelo P. Alcides Guareschi. Foi uma ação de surpresa, segundo sei. Em continuação, foi mantido o cerco e os funcionários da prefeitura permaneceram guarnecendo os recintos e áreas adjacentes, a fim de evitar nova invasão e novos confrontos, até definição judicial, em seguida providenciada.

Sem perda de tempo, foi mobilizado o setor jurídico. Tendo à frente Celso Fiori e Carlos Galves, um grupo de professores e advogados redigiu um mandado de segurança e uma ação de reintegração de posse, objetivando manter a nova diretoria da SPU, cuja legitimidade não era discutida, na posse dos bens da entidade.

Ambos os juízes de Passo Fundo se deram por impedidos, preferindo não atuar, devido a suas relações próximas com a SPU e com os protagonistas do litígio.

O juiz de Carazinho, Nelson Costi, foi quem concedeu a liminar, restituindo a posse dos bens da SPU a seus novos dirigentes, que, assim, puderam dar continuidade às atividades escolares, com início programado para os primeiros dias de março. Essa liminar veio a ser confirmada pelo Tribunal de Justiça, sem reação efetiva do governo do Estado.

Seguiu-se uma renhida batalha judicial, em Passo Fundo, no Tribunal do Estado e até no Supremo Tribunal Federal.

A Justiça, apesar da contrariedade do governador e de seu chefe da casa civil, invariavelmente deu razão à nova direção da SPU. Comandava a equipe de seus advogados o antigo interventor, professor Murilo Annes, que mais adiante foi o primeiro reitor da Universidade.

Foram os sucessivos pronunciamentos da Justiça que reconheceram a legitimidade da diretoria presidida pelo P. Alcides Guareschi para representar e dirigir a SPU, proprietária dos bens que viriam a constituir o patrimônio da Fundação UPF. Com isso, apenas um ano depois do episódio da invasão foi possível a criação da Universidade de Passo Fundo.

Em sua perspectiva histórica, esses fatos — a intervenção, a invasão e a retomada — agregaram-se para, somados e conectados entre si, constituíram a causa próxima da criação da Universidade no ano de 1968. No curso da história,

embora traumáticos e dolorosos, eles, mais do que qualquer outro, foram os que possibilitaram o desfecho desejado, que era a criação da Universidade que, com o desenvolvimento vertiginoso que apresentou, foi e ainda é o principal fator para a transformação de Passo Fundo na metrópole que hoje é.

Sem desmerecer os demais, não deve ser esquecido jamais o prefeito Mário Menegaz. Ele foi quem, com extraordinário sentido de oportunidade política e perfeita antevisão da história, provocou a intervenção federal e comandou a retomada, sem as quais o sonho da Universidade por muito tempo teria permanecido inatingível.

(Luiz Juarez Nogueira de Azevedo, Jurista, ex-diretor da Faculdade de Direito da UPF e membro da Academia Passo-Fundense de Letras.)

Data : 07/08/2007

Título : Fundação da Faculdade de Direito

Categoria: Artigos

Descrição: A criação e instalação da Faculdade de Direito, em 21 de abril de 1956, apresenta relevante significado para a história da cidade.

Luiz Juarez Nogueira de Azevedo (*)

A criação e instalação da Faculdade de Direito, em 21 de abril de 1956, apresenta relevante significado para a história da cidade. A idéia de uma universidade começara a tomar corpo em Passo Fundo no ano de 1950, com a fundação da Sociedade Pró-Universidade (SPU). No corpo de associados da SPU, figuravam os notáveis de Passo Fundo: religiosos; diretores de escolas públicas e privadas; políticos, os proprietários dos dois jornais diários; profissionais liberais, especialmente médicos, advogados, engenheiros e odontólogos; os principais empresários, comerciantes e industriais; magistrados e promotores públicos decididos a um esforço sem medidas para a cidade poder ter sua universidade.

Lembro-me de alguns nomes, como os de Múcio de Castro, César Santos e João Junqueira Rocha. Consta que o precursor da idéia foi Antônio Donin, professor de português e intelectual de escol, que, através das páginas de O Nacional, escrevia preconizando insistentemente que Passo Fundo, o norte do Estado e o Planalto Médio deveriam ter suas faculdades e formar uma universidade.

O esforço de todos os componentes da SPU, principalmente de seus dirigentes, primeiro João Junqueira Rocha e depois César Santos, resultou frutífero. Com o

apoio decidido do poder público local e de nosso representante na Câmara Federal, deputado Daniel Dipp, no início de 1956, mediante decreto federal assinado pelo presidente Juscelino Kubitschek e referendado por seu ministro da Educação, obtido o parecer prévio do Conselho Federal de Educação, foi autorizado o funcionamento de uma faculdade de direito. Com a contribuição da Prefeitura Municipal, cujo ocupante era então Wolmar Salton, foi comprado o palacete Barbieux, situado no início da escada alta, na Avenida Brasil, defronte à Prefeitura velha, hoje Museu Histórico Regional.

Foi desde logo constituído o corpo docente, através de concurso público. Veio a ser formado por advogados experimentados, promotores, juizes de direito e por um médico, para a cadeira de Medicina Legal. O currículo abrangia as cátedras existentes nas outras faculdades de Direito do país. O corpo docente, então, ficou assim composto:

Por indicação da mantenedora, foram escolhidos: como diretor, Reissoly José dos Santos (juiz de direito da 1ª vara da comarca) e, como vice, Mário Braga Júnior (advogado).

Assumi como secretário Sabino Santos e como auxiliar deste D. Lorena Lajus Sperry, (D. Moreninha). A instalação solene e festiva deu-se no feriado de 21 de abril de 1956. Uma multidão se congregou desde cedo, ocupando não só os pátios da mansão Barbieux; espalhou-se pelo largo fronteiro, diante da Prefeitura e pelas ruas adjacentes. A primeira aula foi ministrada no dia seguinte, numa sala contígua ao pátio interno, bordado de colunas, em estilo andaluz, montada apressadamente pelo dinâmico professor Celso Fiori, que chegou a carregar pessoalmente as carteiras indispensáveis. Proferiu-a o professor Carlos Galves, já um jurista consagrado, versando sobre Economia Política. Ao primeiro exame vestibular haviam ocorrido jovens de todo o Estado e de Santa Catarina. Integravam a primeira turma, formada em 1960, entre outros famosos, Ruy Rosado de Aguiar Júnior, que depois seria ministro do Superior Tribunal de Justiça, e Juarez Teixeira Diehl, procurador do Estado e por três vezes diretor da Faculdade.

Data : 31/07/2005

Título : O masculino e o feminino na novelística de Eca de Queirós

Categoria: Artigos

Descrição: A proposta, porém, deste estudo é somente examinar o contraste entre o universo masculino e seu correspondente feminino, ...

O masculino e o feminino na novelística de Eca de Queirós

LUIZ JUAREZ NOGUEIRA DE AZEVEDO

Dos grandes, se não o maior dos escritores, da língua portuguesa, José Maria Eça de Queirós(1) apresenta obra singular e contraditória. Vivendo numa época e num meio de esplendor econômico e cultural, deixou uma narrativa riquíssima e apaixonante, a mais marcante de todos os tempos, em nosso idioma. Retratou não somente a sua contemporaneidade - o que fez em romances, novelas, contos, crônicas e correspondência jornalística - como também os caracteres humanos e os sentimentos que são do tempo universal, os que permanecem e são imutáveis, que se encontram em todos os lugares e em todas as épocas.

A ambientação de seus dramas situa-se em vários lugares. De Paris, centro da civilização de então, passa pelo Egito e por Jerusalém, pela Inglaterra e pelo novo mundo. Os países onde esteve, em viagens e na experiência consular, e as gentes que viu e ouviu, e também as que imaginou, no requinte de sua arte, há muito atingiram o plano da imortalidade.

Mas é na cena portuguesa que avulta a novelística queirosiana. Como Balzac, Maupassant, Dickens e outros contemporâneos notáveis - igualmente como Peres Galdós na Espanha - esmerouse em pintar quadros do ambiente, do homem, da paisagem e, sobretudo, do modo de ser do Portugal de sua época. Esse Portugal, não obstante o vezo moderno de negá-lo, pelas afinidades que apresenta, reencontramos no Brasil daquele tempo e de agora.

Eça viveu e construiu sua obra na segunda metade do século XIX, tornando-se expoente da narrativa do mundo décimo-nônico. Traduzido em todas as línguas cultas, é por Harold Bloom considerado como um dos cânones ocidentais.(2) Pena que, nas escolas brasileiras de hoje, mais preocupadas com o mercado dos contemporâneos privilegiados, se tenha deixado de estudar a literatura em língua portuguesa do outro lado do Atlântico, ou se valorize apenas aqueles autores que se mostrem vinculados ideologicamente às ideologias em moda. Aparece em nossos cursos de literatura uma tendência obtusa à valorização exclusiva de autores brasileiros, predominantemente dos contemporâneos, o que leva a um distanciamento cultural incompreensível daquilo que se faz, se pensa, se descobre e se estuda no mundo de verdade - que é o mundo civilizado.(3)

A proposta, porém, deste estudo é somente examinar o contraste entre o universo masculino e seu correspondente feminino, no conjunto dos personagens queirosianos. Mais do que isso, alimenta a pretensão de revelar que, devido à predominância do masculino, esse universo se mostra visivelmente misógino. Eça, como artista, deliberadamente ou não, ao enfatizar o mundo masculino, perde força na descrição das mulheres de sua cena e na compreensão da alma de suas personagens femininas.

Estas, quando delas se ocupa, em Eça de Queirós são bonecos toscos, artificiais, imperfeitos, quando não francamente ridículos. As mulheres de seus romances, manipuladas ou obscurecidas pelos personagens masculinos, são vulgares, ingênuas, falsas, torpes ou enganadoras. Na sua galeria feminina avultam as adúlteras, as de origem social inferior, as cortesãs, as criadas desleais e as prostitutas de profissão, desenhadas em estereótipos que não fazem justiça ao mundo feminino e à grandeza dessa metade do gênero humano.

As criaturas femininas normais e humanas não têm vez. Quando aparecem é de relance, de modo fugidio e mal esboçado, postas no enredo em posição secundária: ou são criadas, ou tias solteironas, alcoviteiras ou simples damas de companhia que nada falam e propriamente não têm atuação na história.

A constelação masculina, ao contrário, é rica e fascinante. De forte estrutura, tem suas figuras principais - e até as secundárias - extremamente bem articuladas. Geralmente são celibatários, solteiros, viúvos ou separados, que vivem muito bem, felizes e realizados. Nesse mundo exclusivamente varonil, os homens em geral habitam sós e felizes, sem a perturbação e a intromissão do elemento feminino.

A série é Imensa

Carlos Eduardo da Maia, protagonista central de *Os Maias*,⁽⁴⁾ vive em Lisboa na companhia de seu avô, Afonso da Maia. Solteiro e médico de formação, depois de concluir o curso de medicina em Coimbra, ocupa uma suntuosa mansão, O Ramallete, pertencente ao avô, integrante da antiga nobreza e forte proprietário na região do Minho. De gostos refinados, entediado com a profissão, que não chega verdadeiramente a exercer, cuida de exercitá-los em conquistas fáceis, freqüentando teatros e ocupando o tempo em viagens e na busca de objetos de arte para suas coleções. Seu grande amigo e alma gêmea é João da Ega, outro celibatário, herdeiro de grande fortuna, voltado ao dandismo e a um amor frustrado (com uma hebréia, Raquel Coehn, casada com um banqueiro, que termina por rejeitar e levar ao ridículo o desastrado amante).

No contexto de *Os Maias* redeseñase o universo masculino de Eça. O conjunto de personagens vai desde um engraçado diplomata finlandês, o Conde de Steinbroken (um pateta consumado, versão alienígena do impagável Conselheiro Acácio), a Craft, inglês abonado, cultor de coleções de arte, a Cruges e a um marquês avelhantado e caquético. Aparecem o Alencar, poeta romântico, anacrônico e vagamente ridículo, o Damasozinho, indivíduo pretensioso, cheio de inveja, parvo e intrigante. Há outros, como Vilaça, o administrador do patrimônio, extremamente fiel à família, o marido supostamente enganado (Castro Gomes, um brasileiro novo-rico, com mais jeito de argentino). O grupo de amigos masculinos participa dos saraus na casa dos Maias, acompanhando Car-

los em seus divertimentos e facilitando-lhe as conquistas amorosas.

Na *Ilustre Casa de Ramires* e na *Cidade e as Serras*,⁽⁵⁾ obras póstumas e finais, parcialmente reescritas por seu filho e por Ramalho Ortigão, renova-se mais uma vez o ambiente masculino em que se enquadram os personagens.

Na *Ilustre Casa*, a persona dominante - Gonçalo Mendes Ramires - é um fidalgo empobrecido e insatisfeito consigo mesmo, último representante de antiquíssima família da nobreza lusitana, contemporânea dos gados, mais antiga que o próprio reino e a monarquia. Também solteiro e só, vive no que foi o castelo secular da família, reduzido a uma casa e à velha torre, onde vegeta numa vidinha medíocre e insossa. Querendo resgatar a grandeza de seus antepassados, alimenta grandes sonhos, como o de enriquecer-se com um casamento vantajoso ou chegar a deputado. Enquanto isso não acontece, entedia-se na sua torre e na vila próxima, passando o tempo a escrever uma novela histórica, em comilanças

com os amigos e em ocasionais visitas à cidade de Oliveira - a principal da região - onde vive sua irmã Gracinha Ramires, casada com José Barrolo, desenhado como um marido ingênuo e complacente. São desse romance as melhores descrições de vinhos e pratos, viés apreciado por muitos críticos da obra de Eça de Queirós. O círculo de Gonçalo é compreendido por personagens masculinos, mais uma vez. Encontramos o Titó, fidalgo ocioso e simpático, espécie de filósofo de aldeia, também celibatário. Aparecem André Cavalheiro, o amigo ou ex-amigo, que seduz a irmã casada de Gonçalo. Há Padre Soeiro, "um santo", capelão da Torre, o tabelião Guedes, o Videirinha, ajudante de farmácia, cujo talento na guitarra o aproxima do grupo. Mas, afora tentativas frustradas de contato entre os dois mundos, e insinuações na parte final sobre um casamento com Rosinha, filha do visconde do Rio-Seco, o elemento feminino aparece muito esmaecido neste livro.

N A Cidade e as Serras encontra-se o mesmo esquema. O personagem principal, Jacinto Galião, um proprietário algo excêntrico, solteiro e ainda jovem, vive em Paris, onde se exilara seu avô miguelista, com endereço luxuoso na Champs Elysées, 202. Faz-lhe companhia o amigo íntimo, Zé Fernandes, português de nascimento, bacharel, solteiro e ocioso, desfrutando dos confortos da mansão e participando do círculo de banqueiros, nobres e outros personagens, incluindo condessas e demi-mondaines, que participam de festas e saraus na mansão de Jacinto. A transmigração dos dois para uma propriedade no Minho (as serras) não traz mudança perceptível. Continuam Jacinto e Zé Fernandes, conquanto visitem ocasionalmente os vizinhos, famílias da região, a manter sua vida de celibatários. Isso só muda com o casamento de Jacinto com Joanhinha, prima de Zé Fernandes, cujo verdadeiro perfil fica também algo oculto na narrativa.

Em sua obra-prima fundamental, por ser a primeira delas (a derradeira e definitiva é o romance Os Maias) - O Crime do Padre Amaro(6) - o protagonista central é o dito padre. Sacerdote medíocre, destituído de vocação, religiosidade ou escrúpulos, é nomeado para assumir como cura da catedral de Leiria. Logo na chegada associa-se e obtém a proteção de um colega mais velho - o Cônego Dias. Este, de escassos princípios, facilita o assédio de Amaro a Amélia, filha da velha concubina do cônego - a São-joaneira. Desse modo, consumada a sedução, o padre torna-se "genro" do cônego.

O livro apresenta um mundo predominantemente masculino - embora nele apareçam algumas beatas, carolas e congêneres. Domina o cenário a casta sacerdotal da região (os párocos e coadjutores das aldeias vizinhas). Eça os pinta invariavelmente, com apenas uma exceção, como indivíduos faltos de toda caridade, inescrupulosos, hipócritas, glutões e devassos.

Para facilitar o assédio de Amaro a Amélia é preciso afastar o noivo desta, que lhe fazia honestas propostas matrimoniais. O círculo clerical concerta a destruição moral e material do pretendente, a quem apodam de ateu e luxurioso. Manobrando com a influência eclesiástica, afastam-no (expulsam-no) da casa da São-joaneira e conseguem privá-lo do trabalho de escrevente do tabelião local, levando-o a uma situação de privação e miséria (de que é salvo, mais tarde, pela intervenção benéfica de um proprietário da região, infenso à influência eclesiástica).

N A Relíquia, outra obra prima, aparece mais uma vez uma singular galeria de personagens masculinos. Como sempre, o mundo feminino é apenas tangenciado. A figura principal da trama é Teodorico Raposo, o Raposão - bacharel por Coimbra como as demais e como o próprio Eça de Queirós-. Solteiro, debochado e dissimulado, vive sem trabalhar às custas de sua tia riquíssima, Dona Patrocínio das Neves, proprietária de prédios e inscrições (hoje dir-se-ia títulos da dívida pública). Esta, solteirona e beata empedernida, detesta as outras mulheres, o sexo, a reprodução, o amor, que considera como "relaxações". Além de uma obscura criada, vive cercada por uma corte de padres e celibatários (não se ouve dizer que algum seja casado ou mantenha alguma concubina - que horror!). Todos os amigos da casa, hipócritas e interesseiros, só têm um pensamento: tornar-se um dia herdeiros da matrona, contemplados em seu testamento. O mesmo pensa o herói da novela, o Raposão. Para isso se submete a humilhações sem fim e vive num mundo de constante fingimento e dissimulação. Voltado ao ócio e chegado às mulheres fáceis, tem que mostrar à tia sua devoção e castidade. São hilariantes seus esforços e manobras para aparecer como devoto e casto: uma cena antológica é aquela em que, voltando do prostíbulo, finge que retorna da igreja, fazendo aspergir suas vestimentas de incenso, para ficar com cheiro de sacristia.

Teodorico é autorizado pela tia a fazer uma viagem de estudos e devoção a Jerusalém, passando pelo Egito. Embora disfarçada de romaria religiosa, a jornada é de grossa farra, com orgias, bebedeiras à larga. Aí aparece um outro quadro masculino, num ambiente em que figuram novos circunstantes: o Alpedrinha, o português decadente de além-mar e o douto Topsisius, sábio pesquisador alemão, companheiro de jornada.

É na volta de Teodorico - que pretendia ser um triunfo e consagração de sua religiosidade - que o grupo beato sem querer leva a melhor, com a deserção do personagem, sua expulsão e degradação. Teodorico deveria trazer para a tia uma lembrança extremamente significativa dos lugares santos. Manda confeccionar, dizendo ser autêntica, uma réplica da coroa de espinhos com que Cristo foi crucificado. Em vez dela, de volta à casa, na hora da entrega solene, com a presença de todos os amigos e sacerdotes, aparece, em pacote igual, equivocadamente trocado, para ser entregue à tia beata, uma suja camisola de dormir, ainda impregnada dos perfumes e odores de sexo, que Teodorico recebera como recordação das noites de luxúria passadas com Mary, uma ardente inglesa de Alexandria, dona de uma casa de luvas.

Diante desses exemplos, dir-se-á, então, que não existem figuras femininas em Eça? Ou que elas não têm relevo ou importância na construção dos enredos de seus romances? A resposta pode ser sim ou não, não comportando simplificações. Em verdade as personagens femininas aparecem na obra - como não podia deixar de ser - porém em importância deliberadamente diminuída. As mulheres, com espaço protagônico reduzido, também são alvo de uma espécie de desclassificação, quando não de aberto aviltamento, nos planos individual e social. Quando aparecem, são postas em plano moral inferior, ou apontadas como seres menores, menos importantes, desprezíveis ou francamente detestáveis.

Temos Luísa, do Primo Basílio(7) sem dúvida a mais expressiva personagem feminina de Eça de Queirós. O que é ela? Uma esposa adúltera, semelhante a Madame Bovary, de Flaubert, ou a Ana Karenina, de Tolstoi, contudo, sem a

grandeza dramática de qualquer uma delas. Burguesinha entediada e ociosa, cede facilmente aos encantos do primo Basílio, um parente que lhe aparece em casa durante uma viagem de trabalho do marido Jorge, um engenheiro de minas, ao Alentejo. Luísa é um protótipo. Trata-se da mulher levada ao adultério por ociosidade, curiosidade, fraqueza de vontade e ausência de princípios fortes. No enredo, suas cartas ao amante Basílio são furtadas pela criada Juliana - vilã de truz - que passa a chantagear a patroa e exigir-lhe dinheiro e vantagens, levando-a ao desespero e à humilhação.

Também nos outros romances, via de regra, as mulheres que aparecem ou são adúlteras, ou ladras, ou fracas de caráter ou de passado discutível. Além de Luísa, já citada, dentre as adúlteras aparecem a Condessa de Gouvarinho e Raquel Coehn, de Os Maias; Gracinha Ramires, de A Ilustre Casa, além da esposa infiel de Alves & Cia. Há Adélia, a amante que despreza Teodorico, em A Relíquia. Temos Madame Oriol, de A Cidade e as Serras, que abandona Zé Fernandes em troca dos carinhos de outra mulher. E Gracinha Ramires, a impecável fidalga, única irmã de Gonçalo Ramires, que, esquecida das tradições de sua ilustre casa, depois de casada com José Barralho, se deixa conspurcar pelos beijos e pela bigodeira de seu antigo prometido, André Cavalheiro.

No caráter de outras protagonistas femininas encontram-se outros defeitos que em geral não aparecem nos personagens masculinos. A criada Juliana, de O Primo Basílio, é um paradigma de ressentimento, inveja e despeito. Dona Ana Lucena, a viúva do deputado Sanches Lucena, de A Ilustre Casa, além da insinuação de adultério, é apresentada como tendo em sua árvore genealógica um avô carniceiro e um irmão assassino - o que, no ambiente preconceituoso da época, a desqualificaria para um casamento com Gonçalo Ramires, o fidalgo da Torre. Dona Patrocínio das Neves, a tia rica cuja herança iria ser abocanhada pelo personagem de A Relíquia, é a própria encarnação do fanatismo, da hipocrisia e da ignorância. Amelinha e sua mãe São-joaneira, de Crime do Padre Amaro, não passam de personalidades fracas, interesseiras, ao mesmo tempo aproveitadoras e manipuláveis, cultivando uma religiosidade distorcida, que torna a primeira presa fácil dos ardis do Padre Amaro e seus cúmplices.

Claro que há Maria Eduarda da Maia, a heroína de Os Maias. Ela, que na infância havia sido subtraída da família paterna pela mãe, Maria Monforte (também uma adúltera que foge do marido - o pai de Carlos - com um falso conde italiano), aparece em Lisboa, adulta e aparentemente casada com o brasileiro Castro Gomes. Belíssima, extremamente elegante e atraente, dotada de um fascínio diferente, envolve-se com Carlos Eduardo da Maia, sem saber que ele seria seu irmão. Ignorando os dois o parentesco, tornam-se amantes. Eça, sem penetrar a fundo na personalidade de Maria Eduarda, desenha-a como uma mulher fácil e frágil, que facilmente se rende aos ardores do irmão e às conveniências de um amor excitante, em ambiente brilhante, mas de frouxa moralidade e forte apelo sensual. Isso em pleno século XIX, quando a moral burguesa e os valores familiares encontravam-se no auge, principalmente na sociedade portuguesa de então, assaz conservadora e provinciana.

Tais as constatações que se faz sobre a relação masculino/feminino na novelística queirosiana. Evidentemente, estas considerações não pretendem ser definitivas nem querem ser expressão de qualquer dogmatismo. Não é caso de assentar tese ou esgotar a temática, que se apresenta riquíssima e sempre

inesgotável. Maria Filomena Mónica(8) conta que existem mais de 10.000 escritos publicados acerca de Eça de Queirós e sua obra.

Acrescentando-se-lhes mais este, vai a consideração final: que Eça esmerouse mais nos personagens masculinos, traçando-os com um perfil mais nítido, além de mais atraente e simpático. Ainda que nenhum deles suscite admiração o, u entusiasmo pelos dotes de caráter, ficam sempre os personagens masculinos mais valorizados, em todos os sentidos, com relação aos do mundo feminino. Eles, em maioria, aparecem como eticamente neutros ou despreocupados com o bem e o mal. Delas, ao contrário, se pode dizer que, quando não apagadas ou colocadas secundariamente na trama, são francamente más, desprezíveis e de posturas e condutas quase sempre reprováveis.

Passo Fundo e Punta del Este, Verão de 2005.

NOTAS

1 JOSÉ MARIA EÇA DE QUEIRÓS (n. em Póvoa de Varzim, Portugal, em 1845, f. em Paris em 1900). Intelectual, jornalista e agente consular, além de escritor, deixou obra imperecível, dentre as quais avultam Os Maias, O Crime do Padre Amaro, o Primo Basílio, consideradas obras-primas do romance universal.

2 Harold Bloom, em O Cânone Ocidental (Itie Western Canon, Londres, Harcourt, Brace & Company, 1994) aprecia e relaciona as obras primas da literatura de todos os tempos, com enfoque especial na grande literatura do Ocidente.

3 Exemplo disso, dos mais lamentáveis, é a abolição da exigência do domínio da língua inglesa nos concursos para ingresso na carreira diplomática, medida recentemente adotada pelo Ministério das Relações Exteriores.

4 EÇA DE QUEIRÓS J.M., Os Maias" São Paulo, Brasiliense, 1961.

5 Idem, A cidade e as serras, Lisboa, Betrand, 1924.

6 Idem, O Crime do Padre Amaro, Porto, Lello, 1945.

7 Idem, O Primo Basílio, Porto, Lello, 1945. 8 MÓNICA, Maria Filomena. Eça - Vida e Obra de José Maria Eça de Queirós, Rio, Record, 2001.

(Luiz Juarez Nogueira de Azevedo é advogado e membro da Academia Passo-Fundense de Letras.)

Da revista

Água da Fonte nº 3

Data : 19/10/2014

Título : O VELHO FÓRUM, PARTE DA MINHA VIDA

Categoria: Artigos

Descrição: Recordo o velho Fórum da Avenida General Neto, que ocupava um dos terrenos onde se ergue hoje o nosso monumental palácio da Justiça.

O VELHO FÓRUM, PARTE DA MINHA VIDA

Azevedo*

Luiz Juarez Nogueira de

Recordo o velho Fórum da Avenida General Neto, que ocupava um dos terrenos onde se ergue hoje o nosso monumental palácio da Justiça. Foi ali que me iniciei como advogado e, por mais de 10 anos, exerci meu ofício, até o prédio ser demolido, em 1976, por iniciativa do juiz Flesch Chaves, então diretor do Fórum.

O casarão abrigou os serviços judiciários da comarca durante 44 anos, de 1932 a 1976. Passou a ser ocupado pelo Fórum após a falência do antigo Banco Pelotense, que ali tinha a sua sede. Nele chegou a funcionar o cartório do registro especial, de que o meu pai era titular. Contava ele que teve de mudar-se do local porque, estando o cartório instalado numa sala do piso superior, e por ter adquirido um pesado cofre para guardar os valores e os títulos sujeitos a protesto, o juiz da época começou a preocupar-se com o peso do cofre, temendo que pudesse causar o desabamento do prédio, já então velho e precário.

Ali, em fins de 1964, estreei no Tribunal do Júri, absolvendo meu constituinte. Advogado em início de carreira, tendo instalado meu escritório no prédio contíguo, juntamente com Warley Farinati e Dárcio Vieira Marques, frequentava diariamente o Fórum, para atender os meus processos. Como outros causídicos, despachava pessoalmente com os dois juízes, Eurípedes Fachini e Milton dos Santos Martins — com os quais aprendi muito do que sei. Era nomeado frequentemente para defender réus sem advogado ou sem condições de pagar os serviços de um, inclusive perante o Tribunal do Júri.

Assistia a atuação no júri dos grandes tribunos da época, além do velho Fiori os jovens Busato e Martinelli e o promotor Ítalo Goron. Quando, como advogado de ofício (hoje defensor público), fui promovido para esta comarca, foi no velho Fórum que, juntamente com meu colega Juarez Diehl, instalei os serviços de assistência judiciária prestados pela Consultoria Geral do Estado.

Ainda nem entrado na adolescência, já andava eu pelo casarão da Gen. Neto. Filho mais velho, era encarregado por meu pai de levar os livros para os vistos dos juizes e apresentar-lhes documentos para despacho. Às vezes até os procurava no Café Elite, onde iam nos intervalos para uma prosa e rodada de cafezinhos. Assim, conheci os inesquecíveis Drs. Germani, Melzer e César Dias, depois desembargadores no Tribunal de Justiça. Quando o pai foi designado distribuidor substituto era eu, menino ainda, quem buscava e trazia os processos para distribuir, lançar os cálculos e fazer partilhas. Nesse período conheci praticamente todos os advogados e também os velhos escrivães: Jônatas Magalhães Ferreira e Hildebrando Ribeiro, do 1º e 2º cartórios do cível e crime, José Luiz de Carvalho Nobre e João Azevedo Lopes, os de órfãos e ausentes, além de Ricardo Rico, do cartório da provedoria e casamentos, e Homero Goulart Magalhães, do júri e execuções criminais. E também os quatro oficiais de justiça: Prócoro Coelho Velásquez, Henrique de Almeida Cruz, Leão Nunes de Castro e Lion Machado.

O prédio, era de dois pisos, o superior com duas sacadas e uma janela ao centro, deitando para a Avenida. No térreo era o salão do júri, de tetos altos, iluminado por seis grandes lampadários de latão. Aberto unicamente em dias de julgamento ou em oportunidades especiais, era mobiliado com estantes escuras e grandes cadeiras forradas de couro. Artísticos cancelos dividiam o auditório da parte reservada ao público. Acima do estrado do juiz, onde se via a urna para o sorteio dos jurados, destacava-se um grande e belo crucifixo. Dispostos simetricamente, ocupando também a parede lateral, os retratos de antigos juizes da comarca pareciam vigiar do alto a boa aplicação da Justiça. Dominava o ambiente, de um lado da sala, o impressionante relógio de carrilhão que hoje ornamenta o gabinete do reitor da Universidade.

Na grande entrada lateral, permaneciam os oficiais de justiça comandados pelo porteiro dos auditórios, cuidando da ordem, aguardando os mandados e atendendo as partes e advogados que os procuravam. Sentado à uma mesa rústica de madeira o escrivão Maíno de Carvalho Nobre, em vez de ficar no cartório, preferia ficar por ali, autuando pachorrentamente os seus processos, cujas capas preenchia à mão, com sua caligrafia primorosa.

Nos fundos, em um anexo de madeira, flanqueando o pátio interno, funcionava a distribuição, cujo escrivão já era o José Mário Lima Cruz. Defronte a uma escada interna por onde se subia ao andar superior, ao lado da sala do café, funcionava o cartório do júri e execuções criminais, pelo qual respondia o prestimoso escrivão Pery Mathias Lopes. Também ali estive o registro civil, ao tempo em que Sady Miguel Leal era o oficial titular.

No andar superior, defronte à Avenida, estavam os gabinetes dos juizes, onde se realizavam as audiências. Na parte traseira do edificio, os dois cartórios do cível e crime. No primeiro, assumira recentemente Reinaldo Schlemmer, amigo sem par, que muito me ajudou com seus profundos conhecimentos da prática do processo; no segundo, o titular era Maíno Nobre,

que costumava fazer brincadeiras jocosas à minha custa, não levando muito a sério o jovem bacharel.

Esse foi o Fórum que eu conheci nos primórdios de minha advocacia. Naquela velha casa, simpática e acolhedora, com o apoio e a compreensão dos juízes e funcionários que lá serviam, foi que enfrentei as minhas primeiras batalhas forenses e comecei a tornar-me um verdadeiro advogado.

* Ex-advogado. Procurador do Estado aposentado. Oficial do Registro de Imóveis de Passo Fundo.

Data : 30/11/2013

Título : Os 75 anos da Academia Passo-Fundense de Letras

Categoria: Artigos

Descrição: O jubileu dos 75 anos da Academia Passo-Fundense de Letras pode ser encarado à luz de vários significados.

LUIZ JUAREZ NOGUEIRA DE AZEVEDO

O jubileu dos 75 anos da Academia Passo-Fundense de Letras pode ser encarado à luz de vários significados.

Significa a reafirmação dos ideais de seus pioneiros fundadores que, nos idos de 1938, acreditaram que seria possível, em nossa pequena comunidade de então, estabelecer um cenário destinado ao cultivo das belas letras e à discussão e divulgação das teorias filosóficas e políticas que estavam em voga.

Significa o reconhecimento do espírito pioneiro e da ousadia de nossos precursores, como o Bispo Sante Umberto Barbieri e os historiadores Arthur Ferreira Filho e Antonino Xavier e Oliveira, entre muitos outros. Com a iniciativa de fundar o Grêmio Passo-Fundense de Letras, deram eles o passo inicial para congregar nossas elites pensantes com vistas ao cultivo da arte de escrever, de ler, de pensar e de criticar de modo independente.

Significa a identificação da capacidade de transformação da Academia e de sua constante adaptação aos progressos experimentados com a evolução do pensamento e das ideias, ao longo do passado século XX em direção a este em que vivemos.

Como mero grêmio de letras, surgiu no auge do Estado Novo como continuação do velho Clube Pinheiro Machado, expressão do autoritarismo do velho regime que dominou o Rio Grande até a Revolução de 1930. Por isso, a Academia, em seus primeiros anos, repercutia acima de tudo o pensamento do oficialismo local. A despeito disso, houve vozes corajosas que ousavam discordar, como a do poeta Gomercindo dos Reis. Conseguindo se libertar das amarras que no início a tolhiam, adquiriu viço e prosperou durante o efêmero período democrático de 1946 a 1964.

Por efeito da brilhante iniciativa de Celso da Cunha Fiori, que teve a lucidez de transformar o Grêmio em Academia de Letras, conseguiu manter-se relativamente incólume às restrições com que os governos militares que advieram cercearam a liberdade de criação literária, de crítica e de pensamento.

Depois de tantas vicissitudes alcança nossa Academia a respeitável idade de 75 anos. É a nossa cidade das letras. Orgulha-se de seus 40 acadêmicos, intelectuais de várias índoles e formações, que desenvolvem permanente e admirável trabalho de produção literária, como prosadores, poetas, pesquisadores, críticos, professores ou artistas. Para uma instituição desse gênero, que, como numa espécie de sacerdócio, só exige de seus membros dedicação e disciplina intelectual, a Academia mostra ser um milagre de sobrevivência.

É por isso que devemos proclamar o orgulho que temos de pertencer a seus quadros e por aquilo que ela representa para a nossa cidade. Não será demais exaltar a dedicação dos acadêmicos de todas as épocas, dos dirigentes atuais e de seus predecessores. Hoje presidida pelo acadêmico Osvandré Lech, secundado pelo vice-presidente Gilberto Cunha e pelos acadêmicos que integram sua direção e corpo acadêmico, ela se mostra à cidade e ao mundo, urbi et orbi, como um símbolo e um valor de elevada significação cultural e social. É, sem dúvida, uma instituição com a cara de Passo Fundo, cuja existência revela a pujança da cultura passo-fundense, além de ser um fórum pró-ativo de iniciativas que, transcendendo o cultivo da literatura e da arte poética, contribui de modo contínuo e decisivo para o engrandecimento espiritual de nossa comunidade.

(Luiz Juarez Nogueira de Azevedo, Jurista, ex-diretor da Faculdade de Direito da UPF e membro da Academia Passo-Fundense de Letras).

Data : 30/11/2012

Título : Rodolfo, o torturador do Panamá

Categoria: Artigos

Descrição: Certa manhã, devido a algo que o assustava dentro da boca, Rodolfo pediu a sua mãe que a examinasse.

LUIZ JUAREZ NOGUEIRA DE AZEVEDO

Certa manhã, devido a algo que o assustava dentro da boca, Rodolfo pediu a sua mãe que a examinasse. Esta lhe disse que não havia nada, mandando-o cuidar da vida. Sem outra preocupação, obedeceu à ordem, saindo de casa. Dirigiu-se a um cinema por perto, para assistir ao filme que estava sendo apresentado. Ainda não se dera conta de que já não estava no ambiente familiar de sua cidade e sim noutra lugar, completamente estranho.

Ao chegar ao cinema, comprou e pagou o ingresso, penetrando no recinto através de um corredor mal-iluminado. Mas imediatamente constatou que ali não estava sendo exibida nenhuma película. Não havia tela, nem assentos, nem cadeiras.

Nada dos objetos que se costuma encontrar num cinema. Não obstante, atravessando o corredor, ingressou diretamente num grande cenário. Este era nada mais nada menos que uma praça bem ampla, extremamente movimentada, repleta de passantes. Havia gente indo e vindo sobre as calçadas firmes e bem desenhadas, dispostas em vários planos, com degraus e escadarias, vãos e acessos ocultos, como se vê no Marais, em Paris. Ao redor da praça dispunham-se, lado a lado, pequenos e elegantes sobrados, pintados de cores fortes, todos se harmonizando entre si e com o ambiente geral. Ali se concentravam cafés, restaurantes, livrarias, tabacarias e outros estabelecimentos, inclusive antiquários, todos com suas vitrinas, encimadas por cartazes e luminosos faiscantes e de muito bom gosto.

Muitas pessoas, vestindo pesados abrigos, circulavam incessantemente, não se dirigindo, aparentemente, para lugar nenhum. O ambiente seria dos anos 30 ou 40 — pode ser que dos 50 — do século passado. Apesar da passagem da guerra, a aparência da paisagem urbana, nessas décadas, não chegou a alterar-se de modo significativo. Na arquitetura, prevaleceu e continuou a predominar o estilo art nouveau, que começou a desaparecer apenas depois dos anos 70.

Havia até alguns automóveis, escuros e pesados, cujas marcas Rodolfo não conseguiu identificar, estacionados junto às calçadas. O ambiente, uma mistura de gótico com fantasmagórico, lembrando os velhos burgos alemães, se parecia com alguns cenários dos filmes de Harri Potter. Era inverno, fazia frio e quase já anoitecera. No lusco-fusco que antecede a chegada da noite, as luzes piscantes emprestavam um aspecto onírico à paisagem da praça.

Por ali Rodolfo ficou circulando, sem se deter ou cansar. Procurava observar todos os detalhes e ver de tudo um pouco. Embora intrigado com o que via, sem se dar conta do local onde estava, e apesar do frio e da umidade, sentia-se bem, num ambiente que lhe parecia agradável e acolhedor. Encontrava-se num lugar como aqueles de que gostava: numa velha praça dentro de uma velha cidade, num anoitecer de inverno, cercada por cafés e restaurantes e velhas lojas, com suas casas velhas e bem conservadas, a exhibir suas luzes velhas e bruxuleantes, mal revelando os contornos fugidios de antigos objetos e quinquilharias imprestáveis.

Eis que Rodolfo se depara com um mistério intrigante: ao entrar em uma livraria e aproximar-se de seu balcão, como que do nada, pois ali até não havia nenhuma pessoa visível, surge-lhe subitamente nas mãos um livro, que não procurava e que ninguém lhe entregara.

No alto da página, que veio às suas mãos já aberta, do lado esquerdo, seu nome aparecia enquadrado e impresso em letras pequenas, como se fosse um anúncio. Escrito por inteiro, encimava um endereço e outros dados. Ali se anunciava ser Rodolfo um advogado estabelecido no Panamá, chefe, ou coisa parecida, de um grupo de torturadores.

De imediato, reagindo à perplexidade inicial, esboçou uma reação, pensando:

- Preciso arranjar um advogado para conseguir uma ordem de apreensão desse livro e desse filme (não esqueçamos que ele se dirigira ao cinema e, em sua confusão, sentia-se como um participante secundário de um filme de época: em sua estupefação, não conseguia se certificar se aquilo era a própria realidade, ou se estava dentro do filme, ou se tratava de um sonho); não posso correr o risco de me prejudicar, se permitir que continue a circular esse livro, que contém dados falsos sobre mim, que podem me prejudicar muito e desabonar irremediavelmente.

Logo que pensou nisso, de súbito incorporou-se a seu lado, diante da livraria, num dos cantos da praça, M., um advogado seu contemporâneo, retirado e já idoso. Mostrava-se com a mesma aparência que tinha quando jovem: boa estampa, um vistoso bigode a atravessar-lhe a cara, e a calva que já começava a devorar-lhe a cabeleira ainda negra. Carregava uma grande pasta e vestia um longo capote escuro, que lhe passava abaixo dos joelhos, — esse capote Rodolfo o reconheceu de tempos melhores — e uma velha gravata, que, embora conservando o brilho da cor, chamava atenção por apresentar-se muito puída. Quis contar-lhe sobre o livro e o anúncio e sobre o seu desconcerto com o que estava acontecendo. Mas M., contrariando a segurança e loquacidade que sempre o caracterizaram, hesitou, parecendo amedrontado, sem nada responder.

Falando de modo desconexo, o que fez foi fugir apressadamente, como o coelho da fábula de Alice.

Assim terminou a alucinação de Rodolfo: com a fuga precipitada de M., as luzes apagaram-se e desfez-se o cenário. Como um castelo de cartas ou um velho filme que se desmancha no ar, desapareceram as casas, os objetos, o ambiente e as pessoas que nele apareciam.

Para Rodolfo, ficaram somente a inquietação e o mistério — que nunca mais conseguiu decifrar — do anúncio insólito dentro de um livro velho, que o dava como chefe de torturadores no Panamá.

(Luiz Juarez Nogueira de Azevedo é Mestre em Direito e membro da Academia Passo-Fundense de Letras.)

